

☐ **REQUERIMENTO** Número / (.^a)

☐ **PERGUNTA** Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

A Prestação Social para a Inclusão foi criada com a intenção de apoiar as pessoas com deficiência ou incapacidade e com o principal objetivo de combater a pobreza e a exclusão social destas pessoas e das suas famílias.

O Bloco de Esquerda teve conhecimento que o requerimento para atribuição do complemento da Prestação Social para a Inclusão, apresentado pelo cidadão com o NISS 10294081323, foi indeferido porque, de acordo com a notificação do Instituto da Segurança Social, de 22 de Agosto de 2019, “o beneficiário tem idade igual ou superior a 55 anos mas a certificação da deficiência não foi requerida antes dos 55 anos de idade”.

Efetivamente, o atestado médico de incapacidade multiusos, que atribui o grau de incapacidade de 95% por deficiência visual, foi emitido a 17 de fevereiro de 2016, quando o cidadão tinha 56 anos. No entanto, conforme atestado pelo Presidente da Junta Médica, a incapacidade reporta-se à nascença.

O pedido de certidão multiusos não ocorreu antes dos 55 anos de idade por vários motivos. A pessoa tem dificuldade comprovada na locomoção sem auxílio de terceiros, pelo que todas as deslocações que necessita de fazer são sempre acompanhadas por familiares ou amigos. Como não possui automóvel próprio e vive numa casa de família numa aldeia do concelho de Vieira do Minho, onde não há serviço de transportes públicos coletivos, as movimentações são ainda mais difíceis.

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda conhece ainda outras situações semelhantes. Várias pessoas vêm o seu pedido de acesso à Prestação Social para a Inclusão recusado, apesar de, comprovadamente, terem adquirido a deficiência antes dos 55 anos.

A Prestação Social para a Inclusão foi uma medida que o Bloco de Esquerda sempre apoiou, mas entende que o desenho que foi utilizado para a sua atribuição cria problemas que é necessário solucionar. Estas situações são uns desses problemas e, por isso, é necessário que

o Instituto da Segurança Social reconsidere a decisão tomada. Estes cidadãos, cuja deficiência foi adquirida antes dos 55 anos, alguns desde a nascença, deve ter acesso à Prestação Social para a Inclusão. Só com rendimentos dignos a Vida Independente será possível em Portugal.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, as seguintes perguntas:

1. Tem o Ministério conhecimento de que o acesso à Prestação Social para a Inclusão tem sido recusado pelo Instituto de Segurança Social a pessoas que, comprovadamente, adquiriram a deficiência antes dos 55 anos?
2. Está o Ministério disponível para corrigir esta injustiça, dando instruções aos serviços do Instituto da Segurança Social para reavaliarem os processos relativos à atribuição da Prestação Social para a Inclusão a estas pessoas?

Palácio de São Bento, 31 de maio de 2021

Deputado(a)s

JOSÉ MARIA CARDOSO(BE)

ALEXANDRA VIEIRA(BE)

JOSÉ MOURA SOEIRO(BE)

JOSÉ MANUEL PUREZA(BE)

DIANA SANTOS(BE)